

YASMIN VITÓRIA SOUZA SILVA

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
(TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL- ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICO-
PRÁTICAS A PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL**

**Trabalho de conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Instituto de Psicologia da
Universidade Federal de Uberlândia como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Psicologia.**

Orientadora: Profa. Dra. Viviane Prado Buiatti

**Co-orientadora: Profa. Dra. Liliane dos
Guimarães Alvim Nunes**

Universidade Federal de Uberlândia

Uberlândia/ MG

2025

YASMIN VITÓRIA SOUZA SILVA

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)
NA EDUCAÇÃO INFANTIL- ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICO-PRÁTICAS A
PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Viviane Prado Buiatti

Profa. Dra. Liliane dos Guimarães Alvim Nunes

Prof. Dr. Daniel Gonçalves Cury

Universidade Federal de Uberlândia

Uberlândia, MG.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a Deus, que foi o meu sustento ao longo de toda a minha vida e me possibilitou alcançar lugares com os quais sempre sonhei. “Em tudo daí graças, porque esta é a vontade de Deus em Cristo Jesus para convosco.” (1 Tessalonicenses 5:18)

Agradeço à minha mãe, que não mediu esforços para me manter, durante todos esses anos, focada nos estudos. Mesmo sem ter recebido as mesmas oportunidades que eu, foi o meu amparo e minha maior inspiração.

Agradeço ao meu namorado, Vitor, por ser meu companheiro e melhor amigo, por acreditar em meus sonhos e me apoiar em cada um deles com carinho, dedicação e respeito. A presença dele foi fundamental para a minha escrita e vivência acadêmica.

Agradeço à minha irmã Yngrid, pelo incentivo constante, apoio e presença em toda a minha trajetória.

Agradeço aos meus familiares Ailson, Yan, Mariane, Elaine, Eliomar, Elias, Elismara, Nazaré, Verônica e Nayara por todo o incentivo, apoio e encorajamento ao longo dessa jornada.

Agradeço à Profa. Dra. Viviane Prado Buiatti (Vivi), por ser uma referência profissional, por ministrar suas aulas com sensibilidade, afeto e arte, e por todas as orientações e a empatia demonstrada durante todo o processo de escrita deste trabalho.

Agradeço à Profa. Dra. Liliane dos Guimarães Alvim Nunes (Lili), por me acolher no Projeto Elo e, desde então, me apresentar um novo e rico olhar sobre a Psicologia Escolar. Sou profundamente grata pelas orientações, pelos cuidados, pelos cafés, pelo apoio e por aceitar me orientar neste trabalho.

Agradeço ao Prof. Dr. Daniel Gonçalves Cury por aceitar o convite para compor a banca avaliadora, bem como pelas experiências compartilhadas durante a monitoria que realizei em sua disciplina, além do carinho e acolhimento oferecidos ao longo da graduação.

Agradeço às minhas companheiras de curso Síntia, Fernanda, Yasmin Duarte, Anna Carolina, Letícia e Maiara por tornarem esse processo mais leve, colorido e alegre. Caminhar ao lado delas, com sua presença e afeto, foi fundamental para o meu crescimento profissional e pessoal.

Agradeço aos meus amigos e amigas que estiveram presentes ao longo dessa caminhada. Cada escuta, abraço e gesto de acolhimento foram essenciais para o meu processo de formação e para a construção deste trabalho.

Por fim, agradeço aos meus pastores Antônio e Rosa, assim como aos irmãos e amigos da igreja, que me apoiaram com orações, carinho e presença ao longo da realização deste sonho.

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo investigar, por meio de uma pesquisa bibliográfica, as políticas públicas de inclusão para pessoas com TEA, bem como as contribuições da Psicologia Histórico-cultural no desenvolvimento de crianças com esse diagnóstico. Como objetivos específicos pretendeu-se: investigar como o uso de recursos lúdicos e estéticos como jogos, brincadeiras e elementos da arte puderam auxiliar na aprendizagem e no desenvolvimento desses/dessas estudantes, e apresentar um relato de experiência como estagiária de uma escola junto a uma criança com TEA. A Psicologia Histórico-Cultural, será alicerce desse trabalho, pontuando conceitos importantes apresentados por Vigotski. Além disso, no estudo foram apresentadas, experiências práticas vivenciadas no chão da escola a partir de trocas e vivências no Estágio Profissionalizante em Psicologia Escolar e Educacional. Diante disso, abordou-se a importância do estágio no processo de formação discente e como a prática pôde ser transformadora diante das inúmeras possibilidades de aprendizagens apresentadas no contexto real da educação. Para discorreu-se sobre as temáticas apresentadas, também utilizou-se como conteúdo fundamental a arte e a potência que ela proporcionou no contato com o outro, bem como a sua importância durante a minha prática com as crianças. O uso de elementos da arte, enquanto um signo e instrumento de humanização da cultura, nos apresentou caminhos para o processo de aprendizagem das crianças com diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Palavras-chave: Psicologia Escolar, Transtorno do Espectro Autista, Estágio e Arte, Formação em Psicologia.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: como o tema chegou até mim?	7
1. INTRODUÇÃO	10
2. METODOLOGIA	14
2.1- Percurso bibliográfico	17
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
3.1- Políticas públicas de inclusão para pessoas com TEA	18
3.2. Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural no desenvolvimento de crianças com deficiência	25
3.3. Potencialidades da Arte para o desenvolvimento humano	30
4. RELATO DE EXPERIÊNCIA: a importância do estágio profissionalizante em Psicologia Escolar	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
6. REFERÊNCIAS	49

APRESENTAÇÃO: como o tema chegou até mim?

Desde o início da minha graduação em Psicologia, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem despertado meu interesse de forma especial. Sempre senti um desejo genuíno de compreender melhor as pessoas inseridas nesse espectro, bem como de refletir sobre o papel da Psicologia na escuta atenta e cuidadosa desse público especialmente no contexto escolar, onde as fragilidades da estrutura educacional brasileira tornam-se ainda mais evidentes, sobretudo no que diz respeito à inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil.

Ao longo da minha trajetória acadêmica, tive contato com conteúdos voltados ao TEA em algumas disciplinas. No entanto, percebia que esse aprendizado não era suficiente para suprir meu interesse e necessidade de aprofundamento. Busquei, então, expandir meus conhecimentos por meio de experiências extracurriculares enriquecedoras, como palestras, rodas de conversa e minicursos. No entanto, foi durante o estágio profissionalizante na Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia (Eseba/UFU), bem como por meio da minha participação no Projeto Elo coordenado por duas psicólogas da instituição¹ que tive a oportunidade de me aprofundar significativamente nas questões relacionadas ao autismo.

De acordo com Nunes (2024, pp. 64–65), o Projeto Elo desenvolvido na Eseba/UFU busca oferecer vivências que aproximem os participantes da realidade escolar, por meio de mediações psicoeducacionais e encontros formativos mensais que abordam temáticas relevantes à atuação com crianças, adolescentes, famílias e professores/as. Essa iniciativa contribui para a interlocução entre o conhecimento acadêmico e as demandas concretas do cotidiano escolar. Como participante do projeto experenciei grandes aprendizados que me aproximaram de maneira sensível, artística e afetuosa da prática escolar na Educação Infantil.

¹ Profa. dra. Liliane dos Guimarães Alvim Nunes e Profa. Dra. Lucianna Ribeiro de Lima, ambas titulares na carreira docente.

Durante a minha participação no Projeto Elo vivenciei encontros e aprendizados de grande importância na minha trajetória acadêmica. Conquistamos espaços importantes para abordar sobre os trabalhos que foram desenvolvidos ao longo dos anos. Participamos de eventos como: Semana de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (SEPSI), Vem Pra UFU e Seminário Diário de Ideias.

Na SEPSI tivemos a oportunidade de compartilhar um pouco sobre o trabalho com as crianças da Educação Infantil; escolhemos algumas temáticas que foram trabalhadas ao longo do ano e fizemos uma apresentação oral de forma remota com slides para exemplificar um pouco da nossa atuação. Cabe citar algumas temáticas que foram abordadas nas comunicações orais: “Tudo bem ser diferente: A Psicologia Escolar na mediação da temática com as crianças da Educação Infantil” e “O Trabalho das emoções na educação Infantil”: Mediações da Psicologia Escolar”.

No Seminário Diário de Ideias, evento organizado pelo projeto “Diário de Ideias” coordenado pela professora Luciana Soares Muniz, tivemos acesso a temáticas de grande importância no contexto da educação, por meio de palestras, apresentações e trocas significativas. Além disso, também realizamos apresentações orais sobre temáticas que trabalhamos com as crianças da Educação Infantil em alguns encontros. As temáticas escolhidas foram: “Relações de amizade na Educação Infantil: um relato de experiência de extensionistas da Psicologia Escolar” e “Contribuições da Psicologia Escolar frente ao uso excessivo de eletrônicos: intervenções com crianças da Educação Infantil”.

Foi essencial ocupar esses espaços enquanto extensionista do Projeto Elo, participando desses eventos e apresentações, pois construímos um espaço importante para compartilhar sobre a prática que é realizada na Instituição e aprendemos muito com os profissionais e estudantes que conhecemos em cada encontro, possibilitando um olhar para além da nossa atuação e apreciando possibilidades existentes dentro do cenário da educação.

Além disso, também tive a oportunidade de apresentar o referido Projeto no “Vem Pra UFU”, um evento que é promovido pela Universidade e tem o intuito de expor os cursos aos alunos do Ensino Médio. Estar presente nessa iniciativa foi de grande relevância para mostrar o curso com outro olhar fora da sala de aula, revelando um pouco das possíveis práticas existentes dentro da Psicologia Escolar.

A vivência na Eseba, acompanhando crianças da Educação Infantil, foi profundamente transformadora e essencial para minha formação. Os encontros com as crianças me proporcionaram momentos marcantes de troca, aprendizagem e reflexão. Essa experiência representou um divisor de águas na minha trajetória acadêmica, pois ampliou meus conhecimentos e fortaleceu ainda mais meu desejo para compreender o processo de aprendizagem, em especial no caso de crianças diagnosticadas com TEA.

1) INTRODUÇÃO

Tendo apresentado meu interesse pelo tema “Psicologia Escolar e inclusão de crianças com TEA”, esclareço que nesse trabalho abordarei especialmente a Educação Infantil e a importância que ela ocupa no desenvolvimento de todas as crianças, inclusive daquelas que compõem o público da Educação Especial. De início, cabe evidenciar brevemente sobre a história da construção da Educação Infantil no Brasil. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na década de 1980 utilizava-se a expressão educação pré-escolar para referir-se à Educação Infantil, apresentando que a mesma surgiu como uma fase preparatória para o processo de escolarização dos indivíduos, que teria a sua origem oficial apenas no Ensino Fundamental (Brasil, 2018).

Cabe salientar também:

Com a Constituição Federal de 1988, o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 6 anos de idade torna-se dever do Estado. Posteriormente, com a promulgação da LDB, em 1996, a Educação Infantil passa a ser parte integrante da Educação Básica, situando-se no mesmo patamar que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. E a partir da modificação introduzida na LDB em 2006, que antecipou o acesso ao Ensino Fundamental para os 6 anos de idade, a Educação Infantil passa a atender a faixa etária de zero a 5 anos (Brasil, 2018, p. 35).

Dante do exposto é possível compreender que a Educação Infantil começou a ser apresentada como fase importante nesse processo da vida das crianças, sendo um período fundamental para o desenvolvimento da infância no contexto escolar. A obrigatoriedade da Educação Infantil para crianças de 4 e 5 anos foi estabelecida pela Emenda Constitucional nº 59/2009, que ampliou a Educação Básica dos 4 aos 17 anos. Posteriormente, essa mudança foi incorporada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 2013, garantindo a matrícula obrigatória nessa faixa etária (Brasil, 2018). Essa lei é de grande importância para o

crescimento da Educação Infantil no país, pois ampara e assegura o direito das crianças dentro do ambiente escolar, de forma seguro e igualitária para todos.

A BNCC destaca que a Educação Infantil deve articular o cuidado e a educação como processos indissociáveis, garantindo que creches e pré-escolas ampliem as experiências, os conhecimentos e as habilidades das crianças, em complemento à educação familiar (Brasil, 2018). É fundamental que, nesse primeiro contato com a escola, o sujeito seja acolhido de forma a tornar o processo de socialização mais leve e prazeroso. Para isso, é importante que sejam planejadas e consolidadas estratégias específicas para essa faixa etária, favorecendo a inserção dos alunos na Educação Infantil.

Segundo a BNCC (Brasil, 2018, p. 37) “a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade das famílias e da comunidade”. É fundamental abordar essa discussão, pois o espaço escolar deve constituir-se como um ambiente amplo, acolhedor e democrático, no qual todos os sujeitos se sintam pertencentes. Esse princípio também se aplica às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que devem ser incluídas na dinâmica escolar em que estão inseridas, independentemente de suas especificidades e dos desafios vivenciados no cotidiano.

Ainda no que diz respeito ao direito ao acesso à educação, é importante ressaltar que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Art. 53, I “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (Brasil, 1990, p. 38). O artigo citado assegura uma série de direitos às crianças e aos adolescentes, entre os quais se destacam:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – direito de ser respeitado por seus educadores; III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV – direito de organização e participação em entidades estudantis; e V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua

residência, garantindo-se vaga no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo da educação básica (Brasil, 1990, art. 53; redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019).

Diante da legislação mencionada acima, é fundamental destacar que toda criança e adolescente têm direito ao acesso a uma educação de qualidade, o que inclui, de maneira indissociável, as crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). No entanto, em determinados casos, essas crianças podem não se adaptar às estratégias pedagógicas tradicionalmente utilizadas em sala de aula, mesmo quando aplicadas a colegas da mesma faixa etária. Nessa perspectiva, é essencial que o governo disponibilize ao professor(a) recursos pedagógicos alternativos que possibilitem uma aprendizagem acessível, significativa e inclusiva, bem como a oportunidade de formação continuada.

Quando se aborda acerca da temática da inclusão de crianças e adolescentes no ambiente escolar, é necessário ter um olhar sensível e abrangente, para que as práticas educacionais possam surgir de maneira que contemple todos os indivíduos que estão matriculados na escola. Para isso, é importante a educação continuada dos educadores, bem como a participação em palestras, minicursos e eventos que abordem sobre a temática da inclusão. Nesses cenários, os profissionais têm a possibilidade de aprender com a teoria apresentada e enriquecer o seu trabalho através de partilhas com colegas qualificados na mesma área.

É notável o número crescente de diagnósticos nos últimos anos quando se trata do Transtorno do Espectro Autista (TEA), sendo que os dados do Censo Demográfico de 2022. Apontam 2,4 milhões de pessoas diagnosticadas com o transtorno, representando 1,2% da população (IBGE, 2025). O aumento dos diagnósticos de Transtorno do Espectro Autista (TEA) pode refletir fenômenos contemporâneos da sociedade, especialmente a intensificação da busca por explicações frente às diferenças comportamentais observadas em crianças. Nesse

contexto, a nomeação clínica passa a ocupar um lugar central na tentativa de compreender modos distintos de ser e estar no mundo, o que pode contribuir para processos de rotulação e categorização social no cotidiano escolar, sobretudo na Educação Infantil. Autores defendem que o TEA pode ser compreendido como uma construção histórico-social, marcada por normatividades clínicas e diagnósticas, que influenciam a forma como as infâncias são percebidas e reguladas (Vasconcelos et al., 2023).

Para abordar sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), é fundamental destacar a implementação de legislações no Brasil e o impacto disso no cotidiano das pessoas que diagnosticadas. Atualmente, existe uma legislação que garante uma série de direitos para essa população; no decorrer do trabalho iremos discorrer sobre esses direitos e como eles são fundamentais para a permanência e inserção das crianças com autismo no ambiente escolar. Além disso, apresentaremos sobre o viés social que é vivenciado diante do preconceito enraizado na população e a falta de conhecimento sobre a temática.

De acordo com o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM-5), o Transtorno do Espectro Autista se caracteriza principalmente por dificuldades persistentes na comunicação e na interação social, além da presença de comportamentos repetitivos e interesses restritos. Esses sinais geralmente aparecem na infância e podem interferir significativamente no cotidiano do indivíduo. A forma como essas limitações se manifestam depende de fatores como o ambiente em que a pessoa vive e suas características individuais. A apresentação do transtorno pode variar bastante, tanto em intensidade quanto conforme a idade ou o nível de desenvolvimento. Por isso, o termo “espectro” é utilizado, pois essa condição inclui diversos diagnósticos que antes eram separados, como o autismo infantil, o transtorno de Asperger e o transtorno desintegrativo da infância (American Psychiatric Association, 2014).

Descrevemos acima alguns elementos DSM-5, mas compreendemos que cada criança vai se desenvolver dentro da sua individualidade, visto que, cada pessoa é única e terá as suas facilidades e dificuldades de adaptações ao longo da vida. Também vale ressaltar que, nesse estudo, será apresentado não somente o olhar do transtorno no comportamento do indivíduo, mas também como essa criança é vista/acolhida socialmente e quais são os impedimentos que a sociedade impõe para a convivência integral das crianças autistas no seu cotidiano, enfatizando a inserção e desafios no ambiente escolar.

Vigotski, ao desenvolver a Psicologia Histórico-Cultural, comprehende que a deficiência não determina de forma absoluta o desenvolvimento do sujeito. Para o autor, as limitações orgânicas podem ser reorganizadas por meio de processos de compensação, os quais dependem fundamentalmente das interações sociais, das mediações culturais e das condições oferecidas pelo ambiente. Assim, quando o meio proporciona escuta, acolhimento, mediação adequada e experiências significativas, ampliam-se as possibilidades de desenvolvimento das potencialidades das pessoas com deficiência, evidenciando o papel central do contexto social no processo de aprendizagem e desenvolvimento (Vigotski, 1997).

Diante do que foi apresentado, esse trabalho teve como objetivo geral: Investigar, por meio de uma pesquisa bibliográfica, as políticas públicas de inclusão para pessoas com TEA, bem como as contribuições da Psicologia Histórico-cultural no desenvolvimento de crianças com esse diagnóstico. Como objetivos específicos pretendeu-se: investigar como o uso de recursos lúdicos e estéticos como jogos, brincadeiras e elementos da arte, puderam auxiliar na aprendizagem e no desenvolvimento desses/dessas estudantes, e apresentar um relato de experiência como estagiária de uma escola junto a uma criança com TEA.

2) METODOLOGIA

Este trabalho envolveu uma pesquisa bibliográfica e, ainda, o breve relato de experiência em um Estágio Profissionalizante em Psicologia Escolar e Educacional voltado ao acompanhamento de uma criança com TEA². Para dar início às discussões que serão apresentadas no arcabouço do texto, é relevante discorrer sobre os elementos que constroem uma pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica pode ser definida como:

Quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Em relação aos dados coletados na internet, devemos atentar à confiabilidade e fidelidade das fontes consultadas eletronicamente. (Prodanov & Freitas, 2013, p. 54).

Para ser caracterizada como pesquisa bibliográfica, alguns tópicos são necessários para a construção do trabalho, sendo: “1) escolha do tema; 2) levantamento bibliográfico preliminar; 3) formulação do problema; 4) elaboração do plano provisório do assunto; 5) busca das fontes; 6) leitura do material; 7) fichamento; 8) organização lógica do assunto; 9) redação do texto” (Prodanov e Freitas, 2013, p. 55).

Durante a elaboração da pesquisa bibliográfica, tem-se a possibilidade de acessar inúmeras fontes para obter os dados necessários, sendo elas: jornais, registros estatísticos, periódicos, livros, cartas etc. Conforme apontam Prodanov e Freitas (2013, p. 103). Com a coleta dessas informações, é possível fomentar as discussões dentro da sua pesquisa, apresentando ideias de maneiras distintas, pensamentos e perspectivas que cooperam com a compreensão da temática que será trabalhada.

² Orientadora de estágio profa. Dra Viviane Prado Buiatti e supervisora profa Dra. Liliane dos Guimarães Alvim Nunes.

Posto isso, o presente trabalho foi elaborado com o foco a partir de referências que estão vinculadas com a Psicologia Histórico-Cultural, possibilitando um olhar humanizado para o cuidado, ensino e aprendizagem que as crianças com autismo estão tendo a oportunidade de acessar. Para tal, serão apresentadas algumas questões sobre a história do TEA no Brasil, bem como as suas políticas públicas e direitos dessa população.

Para além dos elementos das minhas pesquisas, o presente trabalho tem como um dos objetivos abordar o meu relato de experiência no Estágio Profissionalizante. Ter a oportunidade de vivenciar essa prática me permitiu ter contato com o novo, com a arte e as possibilidades de se reinventar no encontro com o outro. A experiência de estar na escola e me encontrar com as crianças e os profissionais foi algo que me tocou de muitas maneiras e abordar sobre isso é deixar registrado o meu afeto e propagar parte do conhecimento que esse espaço me proporcionou.

O relato de experiência (RE) pode ser entendido como uma narrativa científica que articula vivências práticas com reflexões teóricas, sendo reconhecido como forma válida de produção de conhecimento (Daltro & Faria, 2019). O estágio permite vivenciar, na prática, o que já foi estudado em sala de aula através de leituras e discussões teóricas. É relevante destacar que, na prática é onde estamos frente a inúmeras possibilidades de atuar e construir com outros profissionais. Esse olhar possibilita pensar para além da fundamentação, compreender os caminhos possíveis dentro de cada atuação.

Pensando no cenário da Educação Infantil, vivenciando a prática de estar na escola, eu pude contemplar a grandiosidade e potência que é trabalhar com crianças. É desafiador conseguir se posicionar diante das queixas apresentadas, mas é deslumbrante encontrar as ferramentas de trabalho os quais tive acesso no período do estágio. A arte, presente em cada encontro marcou afetivamente não somente o meu olhar profissional, mas a minha vida pessoal.

Na minha visão, a possibilidade de relatar a experiência através da escrita é uma ferramenta para potencializar o que foi acessado na prática, consiste em oportunidade de olhar para a sua própria vivência e perceber a sua importância para processo de aprendizado. Quando me recordo do percurso para escrever o presente texto, tenho a sensação de revisitar o que aprendi por meio de cada encontro com o estágio.

Segundo Daltro e Faria (2019), “a experiência de se fazer pesquisador de um relato de experiência (RE) rompe com os pressupostos cartesianos que instam ser a razão a detentora das decisões/produções humanas. Devido à simultaneidade pensar/sentir, o pensar surge enquanto combinação, e não o determinante que orienta o curso” (p. 124). Assim, é possível compreender a importância do olhar de cada sujeito a partir da sua vivência e como esse relato, que surge a partir da experiência, será único para cada sujeito.

O relato de experiência nos permite expressar sobre encontros importantes que construíram o nosso aprendizado, além de possibilitar que outras pessoas as acessem por meio da leitura e se apropriem de saberes e trocas que, possibilitarão que o trabalho seja edificado por meio de estudos, partilhas e encontros com a produção do outro.

As experiências que tive no estágio e no projeto de extensão serão abordadas ao longo do texto, imbricadas aos tópicos do percurso bibliográfico e no tópico específico sobre o relato.

A partir da pesquisa bibliográfica, categorizamos a fundamentação teórica nos tópicos nomeados: “3.1- Políticas públicas de inclusão para pessoas com TEA”; “3.2-Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural no Desenvolvimento de crianças com deficiência” e “3.3- Potencialidades da Arte para o desenvolvimento Humano”; “4- Relato de experiência: a importância do estágio profissionalizante em Psicologia Escolar”; “5- Considerações finais”, seguidos de “6-Referências”.

2.1) Percurso bibliográfico

Ao fazer o levantamento bibliográfico para esse trabalho me deparei com a necessidade de conhecer melhor sobre a legislação referente à inclusão de pessoas com TEA, bem como as contribuições da Psicologia Histórico-Cultural no trabalho com criança com deficiência, e ainda as possibilidades de mediação e intervenção da Psicologia Escolar por meio da Arte. Nesse sentido, por se tratar de um TCC, optei por focar nesses aspectos teóricos acima referidos, ao invés de citar artigos, capítulos de livros ou outras publicações sobre a temática “Atuação da Psicologia com crianças com TEA”. Desse modo, passo agora apresentar a fundamentação teórica de meu trabalho a partir dos seguintes itens:

- Políticas públicas de inclusão para pessoas com TEA;
- Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural no Desenvolvimento de crianças com deficiência;
- Potencialidades da Arte para o desenvolvimento Humano

3) FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. Políticas públicas de inclusão para pessoas com TEA

Para compreender o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil, é relevante abordar tanto o percurso histórico quanto a legislação que assegura os direitos dessa comunidade. Esses aspectos permitem refletir sobre a garantia da cidadania, com ênfase na inserção de crianças e adolescentes autistas no ambiente escolar e na compreensão das especificidades do trabalho desenvolvido para promover um atendimento adequado.

Entre os materiais de apoio voltados para essa população, destaca-se o *Manual dos Direitos da Pessoa com Autismo*, publicado em São Paulo no ano de 2021 por uma equipe interdisciplinar de profissionais das áreas de psicologia, medicina e direito. O documento funciona como um guia prático, pois apresenta informações sobre os sinais do autismo, os direitos dessas pessoas em diferentes contextos sociais e os desafios relacionados à discriminação, ainda presentes no cotidiano dessa população (Prefeitura de São Paulo, 2021).

O documento citado acima é importante para as pessoas que receberam recentemente o diagnóstico, e não são orientadas à respeito do transtorno, sobre as especificidades, as

possibilidades frente às dificuldades enfrentadas e os direitos que são assegurados na legislação vigente. Pensando no cenário da educação, o texto retrata planos de ação para os profissionais no ambiente da educação, no intuito de promover acesso e equidade.

A respeito dos profissionais, é importante ressaltar necessidade de formação adequada, tanta inicial quanto continuada para atender as crianças com autismo, compreendendo suas demandas e especificidades. No que se relaciona ao processo de desenvolvimento e aprendizagem. Para isso, é necessário o diálogo aberto dentro e fora das intuições de ensino com o intuito de capacitar os profissionais e abordar a temática com a sociedade, a fim de refletir sobre questões como preconceito, discriminação e estigmas existentes quando se trata do espectro.

Segundo Buiatti (2013), historicamente predominaram modelos que compreendem a deficiência a partir de bases biológicas e médicas, reforçando relações de dependência e deixando de considerar as barreiras sociais que limitam a participação das pessoas com deficiência (pp. 67, 179). A partir dessa compreensão, evidencia-se que as diferenças constituem a própria condição humana. No entanto, os padrões estabelecidos de normalização frequentemente conduzem a práticas excludentes e, como consequência, contribuem para a evasão escolar. Torna-se, portanto, fundamental olhar para o sujeito de forma integral, reconhecendo que determinadas limitações fazem parte de sua condição, cabendo ao meio social oferecer os recursos e as condições necessárias para garantir seu acesso, permanência e plena inclusão no contexto educacional.

No que diz respeito ao cenário de inclusão para crianças com deficiência, algumas barreiras podem surgir ao longo desse caminho. E cabe enfatizar sobre como a sociedade enxerga a inserção dessas crianças na escola tradicional. De acordo com Oliveira (2021), apesar das políticas de educação inclusiva, a sociedade e a escola ainda impõem barreiras sociais e

culturais para a plena participação das pessoas com deficiência, demonstrando atitudes discriminatórias e falta de preparo para lidar com a diversidade.

É importante ter um olhar sensível para como as crianças com TEA estão sendo recebidas na escola, para além do processo de matrícula, é importante pensar na sua permanência, em como essas crianças são vistas, ouvidas e acolhidas. Cada criança vai apresentar uma maneira diferente de se expressar e aprender, por isso é necessário um cuidado e atenção para a implementação dos seus direitos dentro das instituições.

No que se refere à legislação, destaca-se a Lei nº 12.764/2012, (Brasil, 2012) que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Essa lei garante que a pessoa diagnosticada com TEA seja reconhecida como pessoa com deficiência, assegurando, assim, o acesso a todos os direitos previstos em lei.

No artigo 1º da Lei nº 12.764/2012, (Brasil, 2012), a legislação define o Transtorno do Espectro Autista como uma síndrome clínica caracterizada por prejuízos persistentes e clinicamente significativos na comunicação e interação social, além de padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades. Já o artigo 2º estabelece diretrizes fundamentais para a implementação da política, como a intersetorialidade nas ações públicas, a participação da comunidade no processo de formulação e monitoramento, a atenção integral à saúde, o incentivo à inserção no mercado de trabalho, a responsabilidade do poder público em fornecer informações sobre o TEA e a capacitação de profissionais para o atendimento especializado (Brasil, 2021)

Como citado na referida Lei, é um direito da pessoa com autismo ter acesso a profissionais capacitados para realizar os atendimentos necessários. No âmbito escolar é de grande importância que os educadores compreendam o TEA, para planejar as atividades realizadas com as crianças e entender sobre as dificuldades que esse público pode apresentar

no processo de ensino e aprendizagem, entendendo que cada pessoa possui necessidades e características singulares.

Na escola que eu tive a oportunidade de estagiar, o Atendimento Especial Especializado (AEE) é presente desde a Educação Infantil, consistindo em ferramenta de grande importância na inclusão de crianças com TEA na educação. É compreendido como um conjunto de atividades e recursos pedagógicos desenvolvidos para assegurar o acesso, participação e aprendizagem de estudantes público-alvo da educação especial, eliminando barreiras educacionais e de acessibilidade, complementando ou suplementando o ensino regular, mas não o substituindo (Brasil, 2011)

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) configura-se como uma possibilidade essencial de inclusão das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar. Durante o período de estágio, foi possível observar e analisar a atuação de profissionais da área, percebendo-se o cuidado e a proximidade estabelecidos com os estudantes atendidos. Os atendimentos, realizados no contraturno escolar, são planejados de acordo com as necessidades individuais de cada aluno, integrando conteúdos trabalhados em sala de aula e considerando as especificidades de aprendizagem de cada criança. Assim, há o Planejamento Individualizado a partir de uma avaliação de cada criança, construindo objetivos e metas, visando o aprendizado e desenvolvimento de potencialidades.

Segundo Andrade (2025), o AEE é um serviço voltado à eliminação de barreiras à aprendizagem e à participação de estudantes público-alvo da Educação Especial, oferecendo condições para que desenvolvam suas potencialidades. Nesse contexto, o AEE não se apresenta como substituto da escolarização regular, mas como um complemento pedagógico que potencializa a aprendizagem, estimula o desenvolvimento cognitivo e promove a inclusão social. A prática evidencia que o atendimento especializado contribui para ampliar o imaginário

e as capacidades dos(as) estudantes, por meio de intervenções planejadas com atenção, afeto e respeito às suas particularidades.

Frente ao exposto, é fundamental destacar a relevância do AEE nas escolas, uma vez que sua atuação garante o direito das crianças com TEA ao acesso à Educação. Além disso, o AEE desempenha um papel essencial na inclusão desses/as alunos/as, oferecendo momentos de aprendizagem individualizados e cuidadosos, que respeitam as especificidades de cada criança. Essa abordagem contribui para o desenvolvimento cognitivo e social dos/das estudantes e pode aprimorar a qualidade do ensino, ao proporcionar estratégias pedagógicas adaptadas às dificuldades apresentadas por cada um. Contudo, esse atendimento precisa estar articulado ao ensino regular, para que a população da educação especial seja de fato incluída no processo de escolarização (Buiatti, 2013).

No cenário de inclusão escolar das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). É importante ressaltar que, muitas vezes, seus direitos não são plenamente garantidos, o que pode estar relacionado à forma como a sociedade lida com pessoas com deficiência e aos preconceitos já enraizados. Como apontam Sousa e Costa (2020, p. 45), “o preconceito vivenciado pela criança com TEA é marcante em nossa sociedade, entende-se que este seja um entrave à inclusão dessa, nos diversos contextos” evidenciando que, apesar das políticas e legislações inclusivas, barreiras sociais e concepções capacitistas ainda limitam a efetividade da inclusão escolar.

Segundo Studart (2019), “infelizmente são comuns nos meios de comunicação a publicação de matérias discorrendo sobre casos de recusa de matrícula em instituições de ensino, tanto pública quanto particulares, de alunos com Transtorno do Espectro Autista.” Essa prática configura discriminação e é vedada pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que proíbe qualquer forma de recusa, cessação ou atraso na matrícula de estudantes com deficiência, incluindo os com TEA (Brasil, 2015). Não obstante, ainda são frequentes os relatos

de pais que enfrentam resistência por parte de instituições de ensino, que alegam falta de estrutura ou recusam matrícula sem justificativa legal adequada (Lopetegui, 2021). Essa situação evidencia a necessidade de maior conscientização e capacitação dos profissionais da educação para assegurar a inclusão plena desses alunos.

O ato de recusa na matrícula de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em algumas instituições reflete o preconceito enraizado na sociedade, quando o sujeito é posto como “diferente” é frequentemente rejeitado e visto como uma ameaça ao ambiente escolar. Segundo Siqueira e Toledo (2020), as escolas encontram-se frequentemente despreparadas para receber crianças com TEA, devido à falta de conhecimento e formação dos professores, o que acaba gerando obstáculos à inclusão efetiva. Antes mesmo de ter seu espaço garantido na escola, a criança autista já sofre com estereótipos e julgamentos, sendo muitas vezes vista não apenas como estudante, mas como alguém definido pelo diagnóstico e pelas dificuldades que a sociedade associa ao seu comportamento e à sua capacidade de aprender e interagir.

Ao abordar a temática da inclusão escolar, torna-se essencial mencionar a Declaração de Salamanca, aprovada em 1994 durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, organizada pela UNESCO. O documento constitui um marco internacional na promoção da educação inclusiva, estabelecendo que todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, mentais, sociais ou emocionais, têm direito a frequentar a escola regular. A Declaração enfatiza que as instituições educacionais devem adaptar-se às necessidades dos alunos, e não o contrário, beneficiando toda a comunidade escolar e exigindo políticas públicas e recursos adequados por parte do Estado, além de valorizar a diversidade e eliminar barreiras à aprendizagem e à participação de todos os estudantes (UNESCO, 1994).

No que diz respeito à inclusão de crianças com deficiência na educação, a Declaração de Salamanca é um documento de grande importância para a garantia desse direito. Cabe destacar a ênfase do papel da escola apresentada nesse documento, ao afirmar que:

As escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo (UNESCO, 1994, p. 11).

No que diz respeito a inclusão de crianças com diagnóstico de autismo nas escolas, a luta não é apenas para que esse sujeito seja matriculado na escola, mas para que ele seja incluído nas atividades, e tenha acesso a ferramentas necessárias para o seu desenvolvimento e aprendizado. Diante disso, cabe destacar:

Não adianta, contudo, admitir o acesso de todos às escolas, sem garantir o prosseguimento da escolaridade até o nível que cada aluno for capaz de atingir. Ao contrário do que alguns ainda pensam, não há inclusão quando a inserção de um aluno é condicionada à matrícula em uma escola ou classe especial. A inclusão deriva de sistemas educativos que não são recortados nas modalidades regular e especial, pois ambas se destinam a receber alunos aos quais impomos uma identidade, uma capacidade de aprender, de acordo com suas características pessoais. (Mantoan, 2003, p. 26)

Diante do exposto, é possível compreender que a inclusão de uma criança vai muito além do processo de sua matrícula. O acesso a escola é um dos direitos de toda criança de acordo com diversas legislações como a Constituição Federal (Brasil, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente ECA (Brasil, 1990) e a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015).

Com isso, é importante que a Psicologia Escolar atue diretamente na inclusão dessas crianças no contexto escolar, sendo que isso pode ser realizado de diversas maneiras, tais como: promover formação de professores sobre a temática, e utilizar de diferentes recursos para conscientização e vivência desse tema, encontros com as famílias para orientação e debates, bem como um trabalho conjunto com os profissionais do Atendimento Especial Especializado AEE.

Posto isso, é possível compreender o papel fundamental que a escola ocupa para a garantia de direitos das crianças público da educação especial, pois no ambiente escolar, as crianças vão ter possibilidades de se desenvolver no âmbito social, emocional e educacional, tendo em vista que a interação com outras crianças e profissionais vai potencializar a existência da criança no mundo e, no seu desenvolvimento como sujeito de direitos.

A Lei nº 13.935/2019 estabelece que as redes públicas de educação básica devem contar com serviços de psicologia e de serviço social por meio de equipes multiprofissionais, voltadas para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem e para a mediação das relações sociais e institucionais (Brasil, 2019).

Essa legislação foi um grande avanço para a educação e inclusão nas escolas. Durante a graduação eu tive a oportunidade de dividir espaços de trocas com os profissionais da psicologia e assistência social das escolas de educação básica da rede pública de Uberlândia, e pude compreender as diversas possibilidades de atuação nesse meio, principalmente com um olhar sensível para as crianças público da educação especial e os inúmeros projetos para integrar a escola com a família e a sociedade, isso torna o trabalho da escola mais leve, promovendo um conhecimento para além do muro das instituições.

3.2 Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural no desenvolvimento de crianças com deficiência

Para compreender sobre a atuação frente a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) a partir da Teoria Histórico-Cultural, torna-se relevante considerar as contribuições dos estudos sobre defectologia de Vigotski. Nos escritos do referido autor, a defectologia não se limita a um olhar quantitativo voltado à elaboração de diagnósticos ou laudos específicos. Pelo contrário, ela surge com o propósito de compreender o sujeito para além de testes padronizados, priorizando uma perspectiva qualitativa que busca observar, analisar e descrever o sintoma em sua complexidade. Nesse sentido, Vigotski (1997) destaca que o foco da defectologia deve estar nas potencialidades e nas possibilidades de desenvolvimento do indivíduo, e não nas limitações impostas pela deficiência.

Essa visão é de grande importância para o cotidiano e o aprendizado das pessoas com deficiência. A partir desse enfoque, o olhar para as crianças com autismo não se limita às suas dificuldades ou ao grau do diagnóstico, mas busca compreender e potencializar suas capacidades. Além disso, é fundamental considerar o meio em que estão inseridas e como esse contexto influencia diretamente o seu processo de aprendizagem, promovendo práticas mais inclusivas e sensíveis às necessidades individuais.

Segundo Vigotski (1997), a defectologia deve ser compreendida não apenas como estudo das limitações, mas principalmente como uma ciência que busca compreender as potencialidades da criança com deficiência em seu contexto social. Na obra de Vigotski (1997), ele aborda amplamente a defectologia, apresentando tanto a versão antiga, centrada em uma visão médica e de déficit, quanto os entendimentos contemporâneos, voltados para o ganho social da pessoa com deficiência.

A defectologia luta atualmente pela tese fundamental em cuja defesa vê a única garantia de sua existência como ciência, e é precisamente a tese que defende: a criança, cujo desenvolvimento foi complicado por um defeito, não é simplesmente menos

desenvolvida que suas contemporâneas normais; é uma criança, porém, desenvolvida de outro modo. (Vigotski 1997, p. 31)

Desse modo podemos refletir sobre o olhar da Psicologia Histórico-Cultural direcionado às crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista. Nessa perspectiva, não se enxerga a criança como um sujeito incapaz de se desenvolver, mas sim como alguém cujo desenvolvimento ocorre de maneira singular. Para potencializar esse processo, torna-se necessário implementar ferramentas inclusivas nos planos pedagógicos, possibilitando a participação efetiva do aluno, independentemente de suas dificuldades. É fundamental compreender que o desenvolvimento está presente, ainda que não siga os padrões enraizados pela sociedade, mas manifeste-se de maneiras diferentes e também devem ser reconhecidos e valorizados.

Segundo Vigotski (*s.d.*), o desenvolvimento de crianças com deficiência é regido pelas mesmas leis gerais que orientam o desenvolvimento das demais crianças. A partir da teoria da Zona de Desenvolvimento Proximal, comprehende-se a aprendizagem como força motriz do desenvolvimento, fornecendo subsídios para uma educação especial fundamentada em práticas pedagógicas estruturadas nas potencialidades desses estudantes.

Partindo da concepção do autor acerca das crianças com deficiência, torna-se possível compreender a escola como um espaço potente para a construção de práticas inclusivas. Nesse contexto, cabe também à Psicologia Escolar deslocar-se de uma atuação centrada exclusivamente na busca por diagnósticos, voltando-se para a potencialização dos processos de aprendizagem e desenvolvimento. Dessa forma, torna-se possível a construção de um espaço educativo inclusivo e eticamente comprometido, que reconheça as potencialidades das crianças e favoreça o desenvolvimento de suas especificidades por meio de estratégias e ferramentas pedagógicas adequadas.

Vigotski atribui importância ao mediador/a como pessoa central para o desenvolvimento e aprendizagem. A presença de um adulto de referência constitui-se elemento fundamental para que a criança se sinta segura, amparada e motivada em seu percurso de escolarização. A atuação docente torna-se especialmente significativa para o/a estudante que está em processo de compreensão do mundo e de constituição de sua subjetividade. No caso de crianças com TEA, esse apoio favorece o fortalecimento do vínculo com o ambiente escolar, contribuindo para a construção do sentimento de pertencimento, desde que sejam garantidas práticas pedagógicas inclusivas, respeitosas às singularidades e comprometidas com o direito à aprendizagem.

Quando nos referimos às crianças com deficiência, torna-se essencial refletir sobre sua inserção no ambiente escolar e sobre o olhar social construído acerca dessas infâncias. Segundo Oliver (1990), o modelo social comprehende que a deficiência não está no indivíduo, mas nas barreiras ambientais e sociais que dificultam sua plena participação. Em diálogo com essa perspectiva, Vigotski (2007) aponta que as limitações orgânicas não determinam, por si só, o desenvolvimento do sujeito, sendo as condições sociais, culturais e educacionais fundamentais para a construção de suas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento.

Para a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), não se espera que elas se adaptem a um modelo rígido de ensino, mas que a escola reorganize suas práticas pedagógicas. Torna-se necessário modificar a forma como o ensino é apresentado, utilizando estratégias e recursos acessíveis, de modo que essas crianças possam participar das atividades e acessar os conteúdos em condições equitativas, respeitando suas singularidades e potencialidades.

Partindo desse pressuposto de inclusão no ambiente escolar, cabe citar sobre outros escritos de Vigotski. Segundo o autor, as funções psicológicas não operam por um único modo fixo, mas por meio de diferentes formas de organização. Quando há dificuldades ou limitações

em uma função, elas não são simplesmente eliminadas, mas reorganizadas por meio de outros processos psíquicos, como a imaginação, o pensamento e a combinação de experiências. (Vigotski, 1991/1930)

De acordo com Vigotski (1991), as Funções Psicológicas Superiores compreendem processos como a linguagem, a atenção voluntária, a memória mediada, o pensamento abstrato, a imaginação, o planejamento e a autorregulação, os quais se desenvolvem por meio da interação social e da mediação cultural.

Crianças com deficiência podem apresentar desafios no desenvolvimento de algumas funções psicológicas superiores, como a atenção voluntária. Essas dificuldades não devem ser desconsideradas ou tratadas como impossibilidades, mas compreendidas como parte do processo de desenvolvimento. A partir do reconhecimento das potencialidades de cada criança, torna-se fundamental a organização de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso e o desenvolvimento dessas funções, por meio da inserção em contextos educativos significativos e da realização de atividades que estimulem a participação, a interação social e a aprendizagem. Os/As profissionais do Atendimento Educacional Especializado, em conjunto com docentes do ensino regular e psicólogos/as escolares podem auxiliar nesse encontro oferecendo recursos, estratégias e estudo de cada caso.

Cabe enfatizar os escritos da Psicologia Histórico-Cultural sobre a importância da mediação. De acordo com Vigotski (2007), não bastam pequenos ajustes pontuais, mas é necessária a organização de planos de ação articulados e intencionalmente planejados para cada criança, a fim de atuar na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Esse conceito refere-se à distância entre o nível de desenvolvimento real, caracterizado pela capacidade da criança de resolver problemas de forma autônoma, e o nível de desenvolvimento potencial, que se manifesta quando ela realiza atividades com o apoio de um adulto ou de pares mais experientes, evidenciando que a aprendizagem ocorre de forma mais significativa por meio da mediação.

A mediação no processo de aprendizagem da criança é de fundamental importância para o seu desenvolvimento, pois parte-se dos conhecimentos previamente construídos para a apresentação de novos conteúdos, utilizando estratégias e ferramentas que potencializam o ensino. Esse processo ocorre de forma conjunta, por meio da interação entre educador e estudante, possibilitando a construção compartilhada do conhecimento. Dessa forma, comprehende-se que todas as crianças são capazes de aprender, ainda que apresentem dificuldades, desde que lhes sejam garantidas condições adequadas, apoio e práticas pedagógicas planejadas.

O olhar crítico da Psicologia Histórico-Cultural é fundamental para a compreensão dos sujeitos com deficiência no contexto educacional, pois possibilita ao educador ultrapassar uma visão reducionista centrada apenas nas limitações e dificuldades. Essa perspectiva contribui para a compreensão da criança em sua totalidade, considerando o contexto social, histórico e cultural em que está inserida, favorecendo seu desenvolvimento e sua participação no ambiente escolar, a partir de suas potencialidades, mesmo diante de suas limitações.

Diante da importância de um olhar crítico e ampliado para as pessoas com deficiência, torna-se relevante destacar o papel que a arte pode exercer no desenvolvimento do ser humano e nas relações de ensino e aprendizagem que ela é capaz de potencializar.

3.3) Potencialidades da Arte para o desenvolvimento humano

A arte constitui-se como uma linguagem que possibilita a expressão, a comunicação e a ressignificação das experiências vividas pelas crianças (Barbosa, 2010). Além disso, conforme orienta a Base Nacional Comum Curricular, as práticas artísticas no contexto educacional favorecem o desenvolvimento integral, estimulando a sensibilidade, a criatividade, a imaginação e a convivência com a diversidade cultural (Brasil, 2018). Nesse sentido, a

utilização da arte no processo educativo não apenas amplia o campo de aprendizagem, mas também se configura como instrumento de inclusão e de fortalecimento das relações sociais.

A utilização da arte no processo de aprendizagem pode se configurar como um potente recurso no ambiente escolar, pois possibilita ao sujeito o contato com o novo, promovendo uma nova percepção de mundo, a vivência das emoções e a aquisição de novos saberes. A arte envolve o indivíduo de maneira singular, conferindo leveza a momentos que podem ser desafiadores e permitindo que ele experimente o “fazer-se” artístico. Dessa forma, o uso das ferramentas artísticas potencializa tanto o desenvolvimento pessoal quanto às relações interpessoais, favorecendo experiências de encontro e redescoberta.

A relação entre deficiência e arte constitui-se campo relevante para as discussões acerca da inclusão escolar. Nesse sentido, torna-se fundamental refletir sobre o papel da arte e as possibilidades de acesso que ela pode oferecer às crianças com deficiência, em especial às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Surge, portanto, a necessidade de questionar: de que forma essas crianças podem se conectar com a arte? Como apresentar práticas artísticas de modo acessível e inclusivo? Em que medida a arte pode contribuir para a mobilização de suas potencialidades e para o processo de aprendizagem?

Vigotski (2001) destacou a importância da arte no desenvolvimento humano, compreendendo-a como mediadora de emoções, conhecimentos e experiências. Sob essa perspectiva, a arte não deve ser reduzida a um recurso estético, mas entendida como instrumento que favorece a aprendizagem significativa, o desenvolvimento da imaginação e a expressão subjetiva. A partir disso, é possível compreender que a arte pode ser utilizada como uma ferramenta importante na constituição do sujeito, ocupando um lugar essencial no desenvolvimento humano, inclusive no contexto de inclusão das crianças autistas.

A arte constitui uma potência capaz de se manifestar de diversas formas, como música, teatro, dança, contação de histórias, poesia, entre outras. Essa variedade de recursos representa

uma importante ferramenta de trabalho para a psicologia escolar, especialmente diante dos desafios encontrados no contexto escolar. Ademais, a arte pode ser compreendida de diferentes maneiras, respeitando a singularidade dos sujeitos; nesse sentido, ela pode ser concebida como uma forma de improvisação, em que os movimentos surgem de maneira autônoma e atenta ao contexto, não estando necessariamente subordinados a uma tarefa, intenção ou vontade específicas (Fabbri, 2006).

Dante da perspectiva apresentada por Fabbri (2006), é possível compreender que a arte não se restringe a indivíduos sem deficiência, mas se apresenta a todos os sujeitos. A capacidade de improvisar e experienciar a arte de maneira própria contribui significativamente para a inclusão das crianças nas práticas artísticas. Esse processo pode ser observado no contexto escolar, por exemplo, quando a professora utiliza a arte e a dança como ferramentas de aprendizagem. Caso uma criança do espectro autista apresente dificuldades para escutar determinados sons e reproduzi-los musicalmente, ela ainda pode ser incluída por meio da dança e do movimento corporal, explorando a arte de acordo com suas próprias possibilidades e ritmos, favorecendo assim a participação e o desenvolvimento das funções psicológicas superiores como atenção, memória, comunicação e socialização.

A arte apresenta grande potencial para a construção de vínculos entre as crianças, ao possibilitar o uso de recursos lúdicos e expressivos no tratamento de temas significativos e na promoção da aprendizagem. Por meio das práticas artísticas, tornam-se viáveis experiências que articulam tradição e inovação, despertam a memória, estimulam a reflexão e favorecem processos de expressão, participação cultural e desenvolvimento crítico, reafirmando seu papel educativo e inclusivo no contexto escolar (Bersanetti et al., 2024). Conforme Vigotski (2001), “a arte é o social em nós; se retirássemos dela tudo o que pertence à criação social do sentimento, nada restaria” (p. 317), evidenciando sua função transformadora e coletiva na formação humana.

Frente ao exposto, para que a arte possa ser efetivamente utilizada no contexto escolar, é fundamental que os profissionais tenham contato com experiências artísticas em seus processos de formativos. Nesse sentido, torna-se relevante enfatizar a sua importância de investimentos na formação de educadores, em especial daqueles que atuam como psicólogos escolares, uma vez que o acesso a essas práticas contribui para a construção de estratégias pedagógicas inclusivas e para o desenvolvimento de intervenções mais sensíveis às necessidades dos alunos.

Segundo Silva e Nunes (2023), é essencial que, durante a graduação, o estudante esteja aberto a conhecer criticamente as possibilidades oferecidas tanto pelas referências teóricas quanto pelas práticas possíveis. As autoras enfatizam ainda a importância do contato com a arte no processo de formação profissional, não apenas para a atuação futura do estudante, mas também para a construção social do sujeito. Nesse sentido, é possível compreender a capacidade de sensibilização e cuidado que a arte pode despertar em nós, enquanto futuros profissionais, contribuindo para o reconhecimento e a valorização das diferenças presentes no contexto escolar.

Posto isso, é fundamental que os/as profissionais da Educação invistam em cursos de formação continuada, voltados à utilização da arte como recurso de aprendizagem e inclusão, assim como à sua inserção no cotidiano escolar. A incorporação da arte pode ocorrer de diferentes formas, como iniciar ou encerrar a aula com uma música, apresentar poemas, propor momentos artísticos mediados por materiais didáticos ou mesmo transformar práticas rotineiras em experiências de reflexão estética. Ao valorizar o comum e transformá-lo em espaço de criação, a escola possibilita vivências artísticas que promovem sentido, esperança e vitalidade em meio às demandas do processo educativo.

Pensando no contexto da formação profissional, considero um privilégio as experiências que tive com a arte durante a graduação. Em algumas disciplinas voltadas para a

psicologia escolar, a Prof. Dra. Viviane Prado Buiatti e Prof. Dra. Silvia Maria Cintra da Silva adotaram a ferramenta denominada *Gota de Arte* (GA), que consistia em um momento inicial da aula destinado à apresentação de um recurso artístico, como música, vídeo, poema, desenho ou contação de histórias. Esse espaço se configurava como um ambiente livre entre discente e docente a partilha de diferentes manifestações artísticas, favorecendo a sensibilização e a aprendizagem ao longo da trajetória acadêmica.

A partir dessa experiência, pude perceber como esses momentos me mobilizaram para desenvolver um olhar mais sensível e cuidadoso. O contato com essas práticas impulsionou minha formação, promovendo aprendizagens marcadas pela leveza, pela escuta atenta e pelo compartilhamento de novas possibilidades de fazer e experienciar a arte. Essas reflexões se tornaram fundamentais também na prática de estágio, ampliando minha compreensão acerca do papel essencial da arte no processo de aprendizagem das crianças.

No que diz respeito ao processo de aprendizagem, destaca-se a importância do sujeito experiente, que atua como mediador, apoiando a criança na construção do conhecimento e na exploração do novo. A Zona de Desenvolvimento Proximal refere-se, nesse contexto, à diferença entre o que a criança consegue realizar de forma independente e aquilo que pode alcançar com o auxílio desse sujeito mais experiente, constituindo um espaço privilegiado para a aprendizagem mediada e o desenvolvimento de novas habilidades (Vigotski, 1991).

A teoria da Zona de Desenvolvimento Proximal torna-se fundamental que o psicólogo escolar utilize práticas artísticas e inclusivas para apoiar as crianças autistas nas atividades escolares. Além disso, é necessário que esse profissional compreenda as especificidades de cada criança e invista em estudos continuados sobre a temática, a fim de ampliar suas possibilidades de intervenção. Dessa maneira, o/a psicólogo/a escolar poderá oferecer recursos diversificados e construir, junto com a criança, em espaços de aprendizado que parte do

conhecido em direção ao desconhecido, respeitando o ritmo e as singularidades no processo de desenvolvimento.

Ao refletir sobre o pensamento de Vigotski torna-se relevante destacar a importância de compreender o ensino como um processo realizado com a criança, e não para a criança. Isso significa transformar o aprendizado em uma construção conjunta, que respeite tanto as limitações quanto às potencialidades do desenvolvimento infantil.

Nesse sentido, recordo-me de uma experiência vivenciada durante o estágio, no acompanhamento de uma criança autista da Educação Infantil em diferentes atividades. Foi proposta a produção de um recorte e colagem sobre as brincadeiras infantis. Tal atividade, além de possibilitar um momento lúdico e artístico, promoveu reflexões sobre a importância do brincar, ao mesmo tempo em que favoreceu o desenvolvimento da atenção, raciocínio e imaginação da criança.

Durante a atividade, observei que o estudante apresentava dificuldades em sua execução, uma vez que não conseguia se comunicar verbalmente e possuía limitações nas habilidades de recorte. Diante dessa situação, prontifiquei-me a auxiliá-lo, considerando tanto a bagagem de desenvolvimento que ele já apresentava quanto os conhecimentos adquiridos em minha formação. Para favorecer sua participação, propus algumas perguntas sobre seus interesses, utilizando como base os recursos disponíveis para o recorte. A partir disso, o aluno começou a apontar e se comunicar por meio de gestos, indicando as imagens que despertavam seu interesse. Além dessa interação, acompanhei-o na escrita de seu nome. Embora já soubesse escrever, percebi que, quando recebia apoio direto, realizava a atividade de maneira mais leve e adequada, demonstrando avanços significativos em sua produção.

Essa experiência evidencia, de forma prática, o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (Vigotski, 1991), uma vez que a mediação possibilitou ao aluno realizar tarefas que, sozinho, ainda não conseguiria. O apoio oferecido funcionou como um recurso facilitador,

permitindo que a criança avançasse em suas habilidades e demonstrasse aprendizagens potenciais a partir da interação estabelecida. Assim, utilizar a arte como recurso pedagógico pode potencializar tanto o processo de aprendizagem quanto o desenvolvimento humano, contribuindo para a valorização da diversidade no ambiente escolar.

Diante do que foi apresentado, é relevante destacar a importância da arte na constituição do ser humano e em sua prática social. Nesse sentido, cabe relatar os encontros vivenciados durante o estágio e a potência da arte presente em cada um deles.

4) RELATO DE EXPERIÊNCIA: a importância do estágio profissionalizante em Psicologia Escolar

A experiência no Estágio Profissionalizante representou um período de muitos desafios, aprendizados e trocas que marcaram de forma significativa minha trajetória acadêmica. Estar inserida no ambiente escolar, em contato direto com as crianças e com os profissionais da educação, possibilitou ampliar minha compreensão sobre as demandas da psicologia escolar e reforçou a importância da inclusão nesse contexto.

Para abordar sobre a minha atuação no Estágio, é importante destacar a presença da Psicologia Escolar no contexto educacional brasileiro. Como citado na fundamentação teórica, a Lei nº 13.935 (Brasil, 2019) foi aprovada, assegurando a inserção de psicólogos(os) e assistentes sociais nas redes públicas de educação básica. Essa legislação reconhece a importância da atuação desses profissionais no processo de ensino e aprendizagem, especialmente no que se refere à promoção do desenvolvimento dos(as) estudantes e ao fortalecimento das relações escolares. A presença da Psicologia Escolar, portanto, contribui para a construção de práticas educativas mais inclusivas, humanas e voltadas para as necessidades reais da comunidade escolar.

Com a implementação da Lei supracitada acima, os campos de atuação para a Psicologia Escolar foram surgindo, possibilitando novos olhares e práticas para questões emergentes no ambiente da Educação Básica. De acordo com a Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia (2024), o Grupo Multiprofissional de Atendimento Escolar (GUMAE) atua na rede pública por meio de ações voltadas à promoção da inclusão, da aprendizagem e do fortalecimento das relações escolares. Tive a oportunidade de conhecer o trabalho desenvolvido pelo grupo em palestras e rodas de conversa, e pude observar a relevância das ações que vêm sendo construídas por esses profissionais. O GUMAE tem se destacado por promover a articulação entre escola e família, favorecendo espaços de diálogo e trocas significativas que contribuem para o processo de aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças.

Conhecer um pouco sobre esse espaço de atuação que está crescendo em Uberlândia é gratificante e inspirador. Compreendo que a atuação da Psicologia Escolar é de grande relevância para a constituição integral do sujeito, e a sua presença nas escolas de educação básica é um grande ganho. Diante do exposto, cabe enfatizar a importância do Estágio Profissionalizante. Como destaca Teles (2020), o estágio possibilita uma vivência que ultrapassa a prática imediata, contribuindo para a compreensão crítica da profissão e para a formação de uma atuação ética e comprometida com as demandas escolares.

Conforme mencionado acima, a experiência do estágio configura-se como uma oportunidade privilegiada de aproximação entre teoria e prática, permitindo a compreensão dos fenômenos educacionais a partir do próprio olhar, das experiências e dos desafios encontrados ao longo do percurso. Estagiar possibilita conhecer o campo de atuação de forma sensível e crítica, interpretar as situações vivenciadas e posicionar-se diante das frustrações, reconhecendo o erro como parte constitutiva do processo de aprendizagem e da construção da identidade profissional.

De acordo com Cruces (2023), a formação de psicólogas(os) escolares deve estar orientada para uma prática que promova a inclusão e a permanência de todos/as os/as estudantes na escola, a partir de uma visão crítica sobre o desenvolvimento humano e a função social da escola. Durante o estágio, tive a oportunidade de experenciar essa perspectiva de prática crítica, por meio de intervenções que abordaram temáticas relevantes para a constituição da subjetividade das crianças, favorecendo seu desenvolvimento em diferentes dimensões. As experiências desenvolvidas possibilitaram a construção de espaços de brincadeira, expressão artística e aprendizagens, contribuindo para uma vivência da infância mais rica, participativa e humanizadora.

Para abordar sobre a importância desse estágio na minha trajetória é importante explicar sobre o seu funcionamento. O estágio profissionalizante: “Atuação em Psicologia Escolar com crianças da Educação Infantil” foi realizado no Colégio de Aplicação Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia, Cap. Eseba/UFU. Durante a minha atuação como estagiária realizei diversas atividades, sendo elas: intervenções psicoeducacionais com crianças da educação infantil juntamente com a psicóloga escolar responsável; auxílio na elaboração de algumas atividades buscando recursos e estratégias para as intervenções, supervisões, leituras, estudos através de lives, produções escritas, e tive a oportunidade de acompanhar com mais proximidade uma criança que tem o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Os encontros do estágio aconteceram semanalmente, às quintas-feiras, no horário das 13h às 17h30. Durante esses momentos, foram desenvolvidas intervenções psicoeducacionais com três turmas, conduzidas pela psicóloga escolar que atua em docência na instituição, a Profª. Dra. Liliane dos Guimarães Alvim Nunes, sendo tais intervenções acompanhadas e apoiadas por mim e por outras estagiárias e extensionistas. Em uma das turmas a minha atuação era voltada para um aluno que tem o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista. Eu o

acompanhava durante a aula de Psicologia Escolar e colaborava na produção das atividades que eram propostas pela professora, auxiliando ainda em algumas mudanças e ajustes, caso fosse necessário.

Durante as intervenções com as crianças, utilizamos diversos recursos lúdicos para trabalhar temáticas de grande importância social, como por exemplo: músicas, literatura infantil, contação de história e vídeos. Os temas trabalhados foram de grande relevância para a constituição social das crianças e ampliação de conhecimento de mundo, sendo elas: diferenças humanas, emoções, questões étnico-raciais, e outras.

Além das intervenções psicoeducacionais com as crianças, também tivemos supervisões com as Professoras Dra. Liliane e orientação com a Dra. Viviane durante as quintas-feiras das 9h às 11h, acompanhamento semanal no CAp Eseba/UFU, leituras de textos e lives (disponíveis no Youtube e foram selecionadas pela Liliane) com temáticas de inclusão, que foram de grande importância para a minha atuação no estágio e formação acadêmica.

Eu participei das intervenções psicoeducacionais durante os encontros, e em uma turma específica e tive a oportunidade de acompanhar de uma forma mais próxima uma criança com TEA, o Marcelo (nome fictício). O Marcelo é uma criança que faz parte do público da educação especial conta com o acompanhamento diário de uma pessoa, que ocupa o papel de profissional de apoio e o auxilia no seu cotidiano escolar.

Ele é uma criança não verbal que se comunica de outras formas, como por exemplo, com gestos, olhares e falas de algumas sílabas e sons. Apesar dessas dificuldades em se comunicar, ele consegue acessar, a seu modo, os conteúdos apresentados pela psicóloga responsável por sua turma. Marcelo gosta de música, vídeos e livros de literatura. Com a inserção desses recursos durante as aulas ele consegue participar das atividades propostas dentro de suas limitações.

Durante uma das intervenções realizadas com as crianças trabalhamos sobre a temática “Tudo bem ser diferente”, onde utilizamos a música “Ninguém é igual a ninguém” de Milton Karam e a professora propôs que algumas crianças entrassem no meio da roda e as demais apontassem as diferenças ali presentes. A dinâmica da atividade fluiu muito bem e as crianças conseguiram perceber a diferença em cada um, apontaram sobre a diferença da cor dos olhos, cor do cabelo, tamanho do cabelo, textura do cabelo, tom de pele, roupas, acessórios e tênis. Foi muito interessante ver essa visão das crianças sobre as diferenças de uma forma lúdica e inclusiva.

Em seguida, partimos para a produção de uma atividade, na qual as crianças receberam um papel e vários recortes de revistas com corpos diferentes, cabelos, rosto, braços, pernas. A partir disso, o desafio das crianças era montar um corpo com partes diferentes, para assim representar no desenho a temática e entender sobre a importância da subjetividade de cada sujeito. A atividade foi produtiva, as crianças demonstram gostar da proposta e dos recursos utilizados.

Marcelo demonstrou estar muito animado com a atividade; através da sua comunicação na sala de aula é possível perceber que ele gosta bastante de vídeos e música, quando a professora passou a música ele ficou bem alegre e começou a dançar e interagir com o recurso apresentado. No momento da realização da atividade ele demonstrou agitação porque queria ficar apenas assistindo o vídeo e escutando a música, então combinei com ele de fazer a atividade e depois escutar a música novamente. Ele acessou muito bem a proposta de colagem, escolheu o que queria colar e conseguiu fazer o que foi proposto. É importante ressaltar que Marcelo consegue escrever o seu nome sozinho e conhece a maioria das letras do alfabeto, e quando ele não reconhece uma letra ou não sabe escrever, ele pede ajuda para conseguir realizar a escrita.

Outras temáticas importantes também foram trabalhadas com as crianças como: a questão étnico-racial com a utilização de alguns livros que podem ser utilizadas para abordar a questão racial com as crianças, além de promover a representatividade e autoconhecimento de forma lúdica.

Durante as intervenções também trabalhamos a questão das emoções com as crianças, e utilizamos como principal recurso questões sobre o filme “Divertidamente 2” e os personagens que são apresentados, que representam as emoções: inveja, medo, ansiedade, tristeza, alegria, raiva, nojo, tédio e vergonha. As crianças gostaram muito dos recursos apresentados e conseguiram falar abertamente sobre as emoções que estão presentes em sua vida. Foi um diálogo dinâmico e interessante, no qual as crianças tiveram a oportunidade de entender sobre as emoções e a importância de cada uma no cotidiano.

Em outro encontro foi proposta a produção de um recorte e colagem sobre as brincadeiras infantis. Tal atividade, além de possibilitar um momento lúdico e artístico, promoveu reflexões sobre a importância do brincar, ao mesmo tempo em que favoreceu o desenvolvimento da atenção, raciocínio e imaginação da criança.

Durante a atividade, observei que Marcelo apresentava dificuldades em sua execução, uma vez que não conseguia se comunicar verbalmente e possuía limitações nas habilidades de recorte. Diante dessa situação, prontifiquei-me a auxiliá-lo, considerando tanto a bagagem de desenvolvimento que ele já apresentava quanto os conhecimentos adquiridos em minha formação. Para favorecer sua participação, propus algumas perguntas sobre seus interesses, utilizando como base os recursos disponíveis para o recorte. A partir disso, o aluno começou a apontar e se comunicar por meio de gestos, indicando as imagens que despertavam seu interesse. Além dessa interação, acompanhei-o na escrita de seu nome. Embora já soubesse escrever, percebi que, quando recebia apoio direto, realizava a atividade de maneira mais leve e adequada, demonstrando avanços significativos em sua produção.

Essa experiência evidencia, de forma prática, o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (Vigotski, 1991), uma vez que a mediação possibilitou ao aluno realizar tarefas que, sozinho, ainda não conseguiria. O apoio oferecido funcionou como um recurso facilitador, permitindo que a criança avançasse em suas habilidades e demonstrasse aprendizagens potenciais a partir da interação estabelecida. Assim, utilizar a arte como recurso pedagógico pode potencializar tanto o processo de aprendizagem quanto o desenvolvimento humano, contribuindo para a valorização da diversidade no ambiente escolar.

As atividades foram planejadas para que todas as crianças pudessem acessar os conteúdos apresentados, ou seja: escutando a música, fazendo um recorte de revista, dançando, escutando a história ou assistindo o vídeo. É gratificante participar da prática e perceber que as crianças estão aprendendo e se inserindo nesse mundo de aprendizados, desafios e conhecimentos de forma lúdica, artística e inclusiva.

É notória a participação de Marcelo em tão pouco tempo; a utilização de diversos recursos foi de grande importância para o acesso dele nas aulas. Foi gratificante ver o olho dele brilhar com uma contação de história, vídeo ou música. Através dessa prática eu pude experienciar a Psicologia na sua maneira mais cuidadosa possível, na qual pude enxergar as crianças sendo crianças e aprendendo sobre questões tão importantes de uma maneira divertida, cuidadosa, afetuosa e acima de tudo inclusiva.

É importante retomar que, além de participar das aulas com a sua turma, Marcelo tem acesso a atendimentos com uma profissional do Atendimento Especializado AEE. Tal acompanhamento acontece no contraturno e suas aulas. Eu não tive a oportunidade (por questão de horário) de acompanhar o trabalho do AEE na escola, mas conheci uma das profissionais que atua nesse espaço, ela conversou comigo sobre os encontros que ela planeja e tive a oportunidade de acompanhá-la quando estava atuando com outras crianças na sala de aula.

O trabalho do AEE é de grande relevância para as crianças que são contempladas nesse acompanhamento; é possível trabalhar questões de aprendizagens de acordo com a necessidade singular, podendo focar naquilo que cada criança consegue acessar, com a possibilidade de trabalhar as suas dificuldades e potencialidades. É importante ressaltar que essas crianças devem também participar das aulas em sala de aula regular e serem contempladas dentro e fora do espaço do AEE.

Para a escola dita “tradicional”, Marcelo pode ser visto como uma criança que não se enquadra nos padrões esperados, uma vez que apresenta maior agitação, dificuldade de permanecer por longos períodos sentados ouvindo a professora, limitações na comunicação considerada “convencional” e necessidade de apoio em atividades básicas do cotidiano escolar. No entanto, para além de qualquer diagnóstico, Marcelo é, sobretudo, uma criança: alguém que precisa aventurar-se, experimentar, aprender, errar, chorar, brincar, descobrir e ser efetivamente inserido no mundo dos saberes.

Marcelo tem o direito de estar na escola e de ter acesso a uma educação de qualidade, assim como todas as crianças. No Cap Eseba/UFU, foi possível vivenciar de perto seu processo de aprendizagem em um ambiente que se destaca pela atuação de profissionais comprometidos, pela oferta de recursos adequados, pela escuta sensível e por um espaço permeado de afeto e cuidado.

De fato, não é um trabalho fácil, demanda muito estudo, paciência, empatia, arte e cuidado. Mas quando chegar na sala de aula e encontrar as crianças alegres com a sua presença, mostra que todo o trabalho realizado está valendo a pena. Além disso, elas demonstram guardar bem em suas memórias as temáticas trabalhadas, porque em alguns momentos, por exemplo, elas cantavam músicas que foram apresentadas depois de muito tempo. Desse modo, foi possível perceber que o processo de aprendizagem e desenvolvimento estava de fato ocorrendo.

Para além das atividades realizadas em sala de aula, os encontros de supervisão, as leituras orientadas e o acesso a lives sobre inclusão constituíram momentos ricos de aprendizagem e aprofundamento teórico-prático. Entre esses materiais, considero relevante mencionar uma das lives indicadas por minha supervisora, Prof.^a Dra. Liliane dos Guimarães Alvim Nunes, cujo conteúdo está disponível de forma acessível na plataforma YouTube, intitulada “Estratégias pedagógicas inclusivas para melhorar o ensino para todos”. Eu gostei do conteúdo apresentado pela Profa. Dra. Eniceia Mendes, me chamou bastante atenção a forma que as temáticas foram conduzidas durante a transmissão. No início, as participantes fizeram áudio descrição e se apresentaram, descrevendo como são fisicamente e o ambiente no qual estavam, além de contar com a participação de intérpretes de libras durante toda a apresentação. Fiquei encantada com a acessibilidade que possibilitaram para todos/as, e isso me deixou reflexiva, sobre como estou despreparada para me comunicar com todos/as, e como a escola tem sido preparada para receber todos as singularidades de cada sujeito.

Na live, ela abordou sobre o AEE, apresentando os seguintes pontos como atividades realizadas por esse acompanhamento: currículo funcional, uso de recursos, atividades lúdicas, atividades preparatórias, alfabetização e letramento, reforço pedagógico, currículo comum e currículo alternativo. Na sua fala enfatizou sobre a importância do trabalho do AEE, mas deixa claro que a criança que faz o acompanhamento precisa ser ensinada e inserida no ambiente da sala de aula comum como qualquer outra criança.

Durante a live ela também apresenta sobre as questões de acessibilidade pedagógica, que precisam ser contempladas em diversas nuances, como: física, instrução, material didático, atividade e avaliações diversas. É de extrema importância buscar garantir a acessibilidade por meio de recursos e estratégias que viabilizem o processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, construindo um espaço acessível para todos/as.

O recurso da live foi de relevância significativa para abranger os meus conhecimentos acerca da inclusão e direitos das crianças deficientes no ambiente escolar. É necessário pesquisar sobre essa temática para além da teoria, pois escutar pessoas que atuam na área me permitiu ter um acesso maior sobre a realidade atual da educação inclusiva, contribuindo com a minha formação.

Como já mencionado, acredito que a arte, constitui-se em um recurso capaz de ampliar o repertório de experiências das crianças, apresentando-lhes um universo de possibilidades por meio das cores, do afeto, da música, do movimento, da literatura, bem como da valorização das diversidades e da promoção da inclusão. Para além da arte como instrumento de trabalho, é possível utilizá-la no nosso cotidiano como interlocução da vida, sendo instrumento de humanização.

Essa vivência prática revelou-se uma experiência capaz de mobilizar em mim reflexões e aprendizagens que não seriam possíveis apenas com o contato teórico. Na prática, tudo se torna vivo e pulsante, oferecendo a oportunidade de criar, experimentar e aprofundar as leituras e discussões realizadas em sala de aula. Essas experiências me proporcionaram grande energia, mas também exigiram dedicação e envolvimento emocional: trocas, sorrisos, abraços, choros e brincadeiras. Ao longo desse processo, percebi-me construindo minha atuação enquanto futura psicóloga escolar, ampliando minha sensibilidade, capacidade de inclusão e atenção ao contato com o outro, de maneira cada vez mais humana e artística.

Diante do exposto, é possível evidenciar diversos aspectos relevantes acerca da temática abordada, tais como o olhar social direcionado às crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista, a relevância da arte como recurso no processo de aprendizagem, os desafios e aprendizados vivenciados durante o Estágio em Psicologia Escolar e, ainda, as contribuições dos conceitos da Psicologia Histórico-Cultural para a compreensão das melhores possibilidades de atuação nesse contexto.

5) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar a escrita deste trabalho, foi possível ampliar meus conhecimentos acerca dos encontros escolares de crianças com diagnóstico de autismo, bem como das possibilidades de atuação no contexto educacional e da importância de promover a inserção dessas crianças na escola, não apenas por meio da efetivação da matrícula, mas por meio de uma inclusão real e significativa no ambiente escolar. Além disso, este estudo teve como objetivo compreender de que maneira as práticas pedagógicas e expressivas, incluindo a arte, podem contribuir para o desenvolvimento, a comunicação, a socialização e a participação ativa dessas crianças no cotidiano escolar, fortalecendo seu protagonismo e assegurando seus direitos educacionais.

Recordo-me da minha animação e do entusiasmo ao iniciar o acompanhamento de Marcelo. Após conversar com minha orientadora, solicitei acompanhá-lo, pois já havíamos construído uma relação de confiança e afeto nas atividades anteriores. Apesar disso, senti insegurança ao imaginar que poderia não conseguir auxiliá-lo de forma adequada, temendo não ser capaz de estabelecer um vínculo pedagógico efetivo nem de contribuir nas atividades propostas em sala de aula. Mesmo diante desses receios, senti-me amparada pelas orientações recebidas durante as supervisões e busquei aprofundar meus estudos teóricos.

Nesse processo, compreendi que o medo fazia parte da construção da prática profissional, pois, conforme reflexão atribuída a Clarice Lispector, “Depois do medo, vem o mundo” (Lispector, s.d.), é a partir do enfrentamento das inseguranças que se abrem novas possibilidades de aprendizagem e atuação. Com isso, experenciei momentos de aprendizados e afetos, que foram atravessados por medo e insegurança, mas pude aprender com cada encontro e dificuldade durante o caminho.

A experiência vivenciada no estágio possibilitou um significativo crescimento acadêmico e pessoal. Tive acesso a temáticas de grande relevância no contexto escolar e a oportunidade de participar, de forma efetiva, do processo de aprendizagem de uma criança, por meio de afeto, intervenções pedagógicas, atividades artísticas, práticas inclusivas e cuidado.

A partir desses encontros, comprehendi de maneira concreta como teoria e prática se articulam de forma indissociável, sustentando-se mutuamente. Atuar no contexto escolar revelou que o conhecimento teórico oferece importantes subsídios para a compreensão dos fenômenos que emergem ao longo da trajetória profissional; contudo, foi a experiência prática que me possibilitou ampliar o olhar sobre o sujeito em sua totalidade, para além de laudos, diagnósticos ou referenciais teóricos.

Ocupar o espaço escolar é, também, construir possibilidades de escuta, dar lugar à subjetividade do outro e promover um ambiente seguro, ético, inclusivo e favorecedor do sentimento de pertencimento.

Considero que a experiência do estágio foi fundamental para a construção da minha identidade profissional, contribuindo para que eu me tornasse uma futura psicóloga mais ética, sensível, criativa e cuidadosa. Cada encontro vivido ao longo desse percurso possibilitou o desenvolvimento de uma postura mais humana, empática e atenta às singularidades dos sujeitos.

Carrego comigo as marcas afetivas e formativas de cada sorriso, de cada encontro, de cada abraço, de cada aprendizado, dos desafios enfrentados e das conquistas vivenciadas ao longo dessa experiência, que reafirmaram meu compromisso com uma atuação profissional ética e comprometida com o cuidado, a escuta e a promoção de práticas inclusivas.

A aprendizagem não pode ser compreendida apenas como um processo cognitivo, pois está profundamente relacionada aos aspectos afetivos e motivacionais presentes nas relações estabelecidas no contexto escolar (Vigotski, 2001). Essa compreensão sintetiza minha

experiência no estágio e no processo de escrita deste trabalho, uma vez que não reduzo a criança apenas à sua capacidade cognitiva, tampouco às suas limitações decorrentes de uma deficiência. Compreendo que o processo de aprendizagem é construído e vivenciado por meio de múltiplos fatores, entre os quais o afeto ocupa um papel central, fortalecendo os vínculos, a confiança e o engajamento da criança com o processo educativo.

Que os afetos sejam cultivados e fortalecidos no ambiente escolar, possibilitando a construção de práticas inclusivas e o cuidado integral de todas as crianças que compartilham esse espaço.

Para além dos afetos vivenciados ao longo da escrita deste trabalho, cabe também enfatizar a importância de estudos futuros sobre a temática, considerando sua relevância para a sociedade. Fariam-se necessários estudos que abordem as vivências de crianças com TEA em seus contextos familiares, as dificuldades enfrentadas pelas famílias na compreensão do diagnóstico em casa e, ainda, os caminhos e ações possíveis do poder público para amenizar os impactos e desafios que podem surgir a partir dessa condição.

6) REFERÊNCIAS

- American Psychiatric Association. (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5* (5^a ed.). Artmed.
- Andrade, C. N. (2025). O atendimento educacional especializado (AEE) como proposta de educação inclusiva. *Revista Contemporânea de Educação*, 3(1), 438–446. <https://doi.org/10.5281/zenodo.15483873>
- Barbosa, A. M. (2010). *A imagem no ensino da arte: anos 1980 e novos tempos* (8^a ed.). Perspectiva.
- Bersanetti, G. M., Busolin, A. C., Paes, K. C. A., & Rivera, E. M. (2024). O ensino da arte como instrumento de aprendizagem na educação infantil. *Revista Acadêmica da Lusofonia*, 1(3), 1–11.
- Brasil. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). *Diário Oficial da União*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
- Brasil. (2012). *Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. *Diário Oficial da União*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm
- Brasil. (2015). *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm
- Brasil. (2019, 11 de dezembro). *Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019: Dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica*. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm
- Brasil. Ministério da Educação. (2018). *Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental* (versão final) [PDF]. Recuperado de https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf
- Buiatti, V. P. (2013). *Atendimento educacional especializado: dimensão política, formação docente e concepções dos profissionais* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Uberlândia.
- Cruces, A. V. V. (2023). Fundamentos para a formação e atuação de psicólogas(os) escolares. In L. R. de Lima, L. G. A. Nunes, S. M. C. da Silva, & M. P. R. de Souza (Orgs.),

Práticas críticas em Psicologia Escolar e Educacional: experiências vividas no chão da escola e suas complexidades (Cap. 13). Pimenta Cultural.

Daltro, M. R., & Faria, A. A. (2019). Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. *Revista da SPAGESP*, 20(1), 122–133. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/43015>

Estatuto da Criança e do Adolescente: ECA (Atualizado até 2024). https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca_mdhc_2024.pdf

Fabbri, M. (2006). *Improvação: processo, pedagogia e prática*. Papirus.

GEPEI UFGD. (2024, 19 de novembro). Estratégias pedagógicas inclusivas para melhorar o ensino para todos [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/live/ke_KLoUAuiw

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2025). *Censo 2022 identifica 2,4 milhões de pessoas diagnosticadas com autismo no Brasil*. Agência IBGE de Notícias. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43464-censo-2022-identifica-2-4-milhoes-de-pessoas-diagnosticadas-com-autismo-no-brasil>

Inteligência Super Simples. (2020, 2 de julho). Ninguém é igual a ninguém – Legendado [Vídeo]. YouTube. <https://youtu.be/KuuQ6n7o6c>

Lispector, C. (s.d.). Depois do medo, vem o mundo [Frase atribuída à autora].

Lopetegui, A. C. (2021). *A recusa de matrícula a estudante autista é crime de discriminação!* <https://ondaautismos.com.br/blog/recusa-matricula>

Mantoan, M. T. E. (2003). Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? Moder

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. (2008). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. MEC/SEESP. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>

Nunes, L. G. A. (2024). Caminhos trilhados e experiências construídas na psicologia escolar: Entrelaçando fios e histórias [Memorial acadêmico, Universidade Federal de Uberlândia]. Universidade Federal de Uberlândia. <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.5524>

Oliveira, A. E. L. de. (2021). Pessoas com deficiência e inclusão escolar: Um desafio a vencer. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 15(5), 56–72. <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/desafio-a-vencer>

- Oliver, M. (1990). *The politics of disablement*. Macmillan.
- Prefeitura de São Paulo. (2021). *Manual dos direitos da pessoa com autismo*. Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência.
<https://www.saopaulo.sp.leg.br/escoladoparlamento/wp-content/uploads/sites/5/2021/11/Manual-dos-Direitos-da-Pessoa-com-Autismo.pdf>
- Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia. (2024). Grupo Multiprofissional de Atendimento Escolar (GUMAE). Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz (CEMEPE). Recuperado em 12 de novembro de 2025, de
<https://sites.google.com/sme.udl.br/portalcemepe/institucional/gumae>
- Silva, S. M. C. da, & Nunes, L. G. A. (2023). “A arte existe porque a vida não basta”: Propostas para uma parceria entre psicologia escolar e arte. In S. M. C. da Silva (Org.), *Por que a Psicologia na Educação? Em defesa da emancipação humana no processo de escolarização* (Vol. 2, pp. 169–193). Edufu.
- Siqueira, J. M., & Toledo, M. C. F. (2020). Percepção dos pais de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) sobre o processo de inclusão em escolas regulares. *Revista Multidisciplinar*, 5(1), 1–12.
- Sousa, M. A., & Costa, L. F. (2022). *Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: desafios e perspectivas*. *Revista Interações*, 18(2), 1–10.
<https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/24222/18953>
- Studart, C. (2019, 12 de abril). Projeto estimula governo a criar meios para receber denúncia de recusa de matrícula de aluno autista. Câmara dos Deputados.
<https://www.camara.leg.br/noticias/555492-projeto-estimula-governo-a-criar-meios-para-receber-denuncias-de-recusa-de-matricula-de-aluno-autista/>
- Teles, L. A. L. (2020). O estágio em psicologia escolar e educacional em uma perspectiva crítica: Contribuições de supervisoras na formação de psicólogas (Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia). Repositório Institucional da UFBA.
- Unesco. (1994). *Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática na área das necessidades educativas especiais*. Recuperado de
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>
- Vasconcelos, A. F., Freires, K. C. P., Gomes, L. E. S., Carvalho, S. T. A., & Pontes, R. J. S. (2023). Implicações histórico-sociais do transtorno do espectro autista. *Boletim de Conjuntura* (BOCA), 15(43), 221–243. <https://doi.org/10.5281/zenodo.8136737>

Vigotski, L. S. (2007). A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. In Obras escolhidas (Vol. 5). São Paulo, Brasil: Martins Fontes.

Vigotski, L. S. (2001). A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes.

Vigotski, L. S. (2001). *A psicologia da arte*. Martins Fontes.

Vigotski, L. S. (1991). *A formação social da mente* (4^a ed., J. Cipolla Neto, L. S. M. Barreto, & S. C. Afeche, Trads.). Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1930)

Vigotski, L. S. (1997). Fundamentos de defectologia (J. G. G. L. Rivera, Trad.). Madrid, Espanha: Visor.

Vigotski, L. S. (s.d.). Obras completas: fundamentos de defectologia (Tomo V; Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais, Trad.; G. A. Beatón, Rev.).